

ESTATUTO DO DIRETÓRIO ACADÊMICO DO INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA CAMPUS PANAMBI

CAPÍTULO I

Da denominação, Sede e Objetivos

Art. 1º O Diretório Acadêmico do IF Farroupilha *campus* Panambi é o órgão máximo de representação dos estudantes do Instituto Federal Farroupilha localizado na cidade de Panambi e fundado em 2015 com sede neste Estabelecimento de Ensino.

Parágrafo Único. As atividades do Diretório Acadêmico reger-se-ão pelo presente Estatuto aprovado em Assembleia Geral convocada para este fim.

Art. 2º O Diretório Acadêmico tem por objetivos:

- I - Representar condignamente o corpo discente;
- II - Defender os interesses individuais e coletivos dos alunos do Instituto Federal Farroupilha – *campus* Panambi/RS;
- III - Incentivar a cultura literária, artística e desportiva de seus membros;
- IV- Promover a cooperação entre administradores, funcionários, professores e alunos no trabalho Escolar buscando seus aprimoramentos;
- V- Realizar intercâmbio e colaboração de caráter cultural e educacional com outras instituições de caráter educacional,
- VI - Lutar pela democracia permanente no Instituto, através do direito de participação nos fóruns internos de deliberação do Instituto.

CAPÍTULO II

Do Patrimônio, sua Constituição e Utilização

Art. 3º O patrimônio do Diretório Acadêmico se constituirá por:

- I- Contribuição voluntária de seus membros;
- II- Contribuição de Terceiros;
- III- Subvenções, juros, correções ou dividendos resultantes das contribuições;
- IV - Rendimentos de bens móveis e imóveis que o Diretório Acadêmico venha a possuir;
- V- Rendimentos auferidos em promoções da entidade.

Art. 4º A Diretoria será responsável pelos bens patrimoniais do Diretório Acadêmico e responsável por eles perante as instâncias deliberativas.

§ 1º Ao assumir a diretoria do Diretório Acadêmico, o Presidente e o Tesoureiro deverão assinar um recibo para o Conselho Fiscal, discriminando todos os bens da entidade.

§ 2º Ao final de cada mandato, o CF conferirá os bens e providenciará outro recibo que deverá ser assinado pela nova Diretoria.

§ 3º Em caso de ser constatada alguma irregularidade na gestão dos bens, o CF fará um relatório e o entregará ao CRT e à Assembleia Geral para serem tomadas as providências cabíveis.

§ 4º O Diretório Acadêmico não se responsabilizará por obrigações contraídas por estudantes ou grupos sem ter havido prévia autorização da Diretoria.

CAPÍTULO III

Da Organização do Diretório Acadêmico

Art. 5º São instâncias deliberativas do Diretório Acadêmico:

- a) Assembleia Geral dos Estudantes;
- b) Conselho de Representantes de Turmas (**CRT**);
- c) Diretoria do Diretório Acadêmico.

SEÇÃO I

Art. 6º A Assembleia Geral é o órgão máximo de deliberação da entidade nos termos deste Estatuto e compõe-se de todos os sócios do Diretório Acadêmico e excepcionalmente, por convidados do Diretório Acadêmico, que se absterão do direito de voto.

Art. 7º A Assembleia Geral se reunirá ordinariamente:

I- Nas datas estipuladas pelos estudantes na própria Assembleia;

II - Ao término de cada mandato para deliberar sobre a prestação de contas da Diretoria, parecer do CF e formação da Comissão Eleitoral (CE) que deliberará sobre as eleições para a nova Diretoria do Diretório Acadêmico.

Parágrafo Único. A convocação para a Assembleia será feita em Edital com antecedência mínima de quarenta e oito horas (48), sendo esta de competência da Diretoria do Diretório Acadêmico.

Art. 8º A Assembleia Geral se reunirá extraordinariamente quando convocada por **2/3 do CF ou 2/3 do Conselho de Representantes de Turma ou 50% + 1 da Diretoria do** Diretório Acadêmico. Em qualquer caso, a convocação será feita com o mínimo de antecedência de **24 horas**, com discriminação completa e fundamentada dos assuntos a serem tratados em casos não previstos neste Estatuto.

Artigo 9º As Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias devem ser realizadas, em primeira convocação, com a presença de mais da metade dos alunos do Instituto ou, em segunda convocação, trinta minutos depois, com qualquer número de alunos.

A Assembleia Geral vai deliberar com maioria simples dos votos, sendo obrigatório o quórum mínimo de 10 % dos alunos da Escola para sua instalação.

§ 1º. A Diretoria será responsável pela manutenção da limpeza e da ordem quando for realizado qualquer evento, assembleias ou reunião do Diretório Acadêmico.

Art. 10º Compete à Assembleia Geral:

- Aprovar e reformular o Estatuto do Diretório Acadêmico;
- Eleger a Diretoria do Diretório Acadêmico;
- Discutir e votar as teses, recomendações, moções, adendos e propostas apresentados por qualquer um de seus membros;
- Denunciar, suspender ou destituir diretores do Diretório Acadêmico de acordo com resultados de inquéritos procedidos, desde que comunicado e garantido o direito de defesa do acusado, sendo que qualquer decisão tomada neste sentido seja igual ou superior a 2/3 dos votos dos presentes na Assembleia;
- Receber e considerar os relatórios da Diretoria do Diretório Acadêmico e sua prestação de contas, apresentada juntamente com o CF;
- Marcar, caso necessário, Assembleia Extraordinária, com dia, hora e pautas fixadas;
- Aprovar a constituição da Comissão Eleitoral, sempre composta com alunos de todos os turnos em funcionamento na Escola, com número e funcionamento definidos na Assembleia.

SEÇÃO II

Do Conselho de Representantes de Turmas

Art. 11º O Conselho de Representantes de Turmas (**CRT**) é a instância intermediária de deliberação do Diretório Acadêmico, é o órgão de representação exclusiva dos estudantes, e será constituído somente pelos representantes de turmas, eleitos anualmente pelos estudantes de cada turma.

Art. 12º O **CRT** se reunirá ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente quando convocado pela Diretoria do Diretório Acadêmico.

Parágrafo Único. O **CRT** funcionará com a presença da maioria absoluta de seus membros, deliberando por maioria simples de voto.

Art. 13º O **CRT** será eleito anualmente em data a ser deliberada pelo Diretório Acadêmico e/ou equipe pedagógica.

Art. 14º Compete ao **CRT**:

- a) Discutir e votar sobre propostas da Assembleia Geral e da Diretoria do Diretório Acadêmico;
- b) Velar pelo cumprimento do Estatuto do Diretório Acadêmico e deliberar sobre os casos omissos;
- c) Assessorar a diretoria do Diretório Acadêmico na execução de seu programa administrativo;
- d) Apreciar as atividades da Diretoria do Diretório Acadêmico, podendo convocar para esclarecimentos qualquer um de seus membros;
- e) Deliberar, dentro dos limites legais, sobre assuntos do interesse do corpo discente de cada turma representada;
- f) Deliberar sobre a vacância de cargos da Diretoria do Diretório Acadêmico.

SEÇÃO III

Da Diretoria

Art. 15º A Diretoria do Diretório Acadêmico será constituída pelos seguintes cargos:

I - Presidente

II - Vice-Presidente

III - Secretário-Geral

IV - 1º Secretário

V - Tesoureiro-Geral

VI - 1º Tesoureiro

VII - Diretor Social

VIII – 1º Diretor Social

IX - Diretor de Imprensa

X – 1º Diretor de Imprensa

XI - Diretor de Esportes

XII – 1º Diretor de Esportes

XIII - Diretor de Cultura

XIV – 1º Diretor de Cultura

XV - Diretor de Saúde e Meio Ambiente

XVI- 1º Diretor de Saúde e Meio Ambiente

Parágrafo Único. Cabe à Diretoria do Diretório Acadêmico:

I - Elaborar o plano anual de trabalho, submetendo-o ao Conselho de Representantes de Turma e Conselho Escolar;

II - Colocar em prática o plano aprovado;

III - Divulgar para a Assembleia Geral:

- As normas que regem o Diretório Acadêmico;
- As atividades desenvolvidas pela Diretoria;
- A programação e a aplicação dos recursos financeiros do Diretório Acadêmico;

IV - Tomar medidas de emergência, não previstas no Estatuto, e submetê-las ao Conselho de Representantes de Turma;

V - Reunir-se ordinariamente pelo menos uma vez por mês, e extraordinariamente a critério do Presidente ou de 2/3 da Diretoria.

Art. 16º Compete ao Presidente:

- Representar o Diretório Acadêmico dentro da Escola e fora dela;
- Convocar e presidir as reuniões ordinárias e extraordinárias do Diretório Acadêmico;
- Assinar, juntamente com o Tesoureiro-Geral, os documentos relativos ao movimento financeiro;
- Assinar, juntamente com o Secretário-Geral, a correspondência oficial do Diretório Acadêmico;
- Representar o Grêmio no Conselho Escolar;
- Cumprir e fazer cumprir as normas do presente Estatuto;
- Desempenhar as demais funções inerentes a seu cargo.

Art.17º Compete ao Vice-Presidente:

- a) Auxiliar o Presidente no exercício de suas funções;
- b) Substituir o Presidente nos casos de ausência eventual ou impedimento temporário e nos casos de vacância do cargo.

Art. 18º Compete ao Secretário-Geral,

- a) Publicar avisos e convocações de reuniões, divulgar editais e expedir convites;
- b) Lavrar atas das reuniões de Diretoria;
- c) Redigir e assinar com o Presidente a correspondência oficial do Diretório Acadêmico;
- d) Manter em dia os arquivos da entidade.

Art. 19º Compete ao 1º Secretário

Auxiliar o Secretário-Geral em todas as suas funções e assumir o cargo em caso de vacância do mesmo.

Art. 20º Compete ao Tesoureiro-Geral;

- a) Ter sob seu controle todos os bens do Diretório Acadêmico;
- b) Manter em dia a escrituração de todo o movimento financeiro do Diretório Acadêmico;
- c) Assinar com o Presidente os documentos e balancetes, bem como os relativos à movimentação financeira;
- d) Apresentar, juntamente com o Presidente, a prestação de contas ao Conselho Fiscal.

Art. 21º Compete ao 1º Tesoureiro

Auxiliar o Tesoureiro-Geral em todas as suas funções, e assumir o cargo em caso de vacância.

Art. 22º Compete ao Diretor Social;

- a) Coordenar o serviço de Relações Públicas do Diretório Acadêmico;
- b) Organizar os colaboradores de sua Diretoria;
- c) Organizar festas promovidas pelo Diretório Acadêmico;
- d) Zelar pelo bom relacionamento do Diretório Acadêmico, com a Escola e com a comunidade.

Art. 23º Compete ao 1º Diretor de Social

Auxiliar o Diretor em todas as suas funções, e assumir o cargo em caso de vacância.

Art. 24º Compete ao Diretor de Imprensa:

- a) Responder pela comunicação da Diretoria com os sócios e do Diretório Acadêmico com a comunidade;
- b) Manter os membros do Diretório Acadêmico informados sobre os fatos de interesse dos estudantes;
- c) Editar o órgão oficial de imprensa do Diretório Acadêmico;
- d) Escolher os colaboradores para sua Diretoria.

Art. 25º Compete ao 1º Diretor de Imprensa:

Auxiliar o Diretor de Imprensa em todas as suas funções, e assumir o cargo em caso de vacância.

Art. 26º Compete ao Diretor Cultural:

- a) Promover a realização de conferências, exposições, concursos, recitais, festivais de música e outras atividades de natureza cultural;
- b) Manter relações com entidades culturais;
- c) A organização de grupos musicais, teatrais, etc.;
- d) Escolher os colaboradores de sua Diretoria.

Art.27º Compete ao 1º Diretor Cultural:

Auxiliar o Diretor Cultural em todas as suas funções, e assumir o cargo em caso de vacância.

Art.28º Compete ao Diretor de Esportes:

- a) Coordenar e orientar as atividades esportivas do corpo discente;
- b) Incentivar a prática de esportes organizando campeonatos internos;
- c) Escolher os colaboradores de sua Diretoria.

Art. 29º Compete ao 1º Diretor de Esporte:

Auxiliar o Diretor de Esporte em todas as suas funções, e assumir o cargo em caso de vacância.

Art. 30 ° Compete ao Diretor de Saúde e Meio Ambiente:

- a) Promover a realização de palestras, exposições e concursos, sobre saúde e meio ambiente;
- b) Manter relações com entidades de saúde e meio ambiente;
- c) Incentivar hábitos de higiene e conservação do ambiente escolar;
- d) Escolher os colaboradores de sua Diretoria.

Art. 31° Compete ao 1º Diretor de Saúde e Meio Ambiente:

Auxiliar o Diretor de Saúde e Meio Ambiente em todas as suas funções, e assumir o cargo em caso de vacância.

CAPÍTULO IV

Do Conselho Fiscal

Art.32° O Conselho Fiscal se compõe de 03 membros efetivos e 03 suplentes, escolhidos na reunião do **CRT** entre seus membros.

Art.33° Ao Conselho **Fiscal** compete:

- Examinar os livros contábeis e papéis de escrituração da entidade, a sua situação de caixa e os valores em depósito;
- Lavrar o Livro de "Atas e Pareceres" do **CF** com os resultados dos exames procedidos;
- Apresentar na última Assembleia Geral Ordinária, que antecede a eleição do Diretório Acadêmico, relatório sobre as atividades econômicas da Diretoria;
- Colher do Presidente e do Tesoureiro-Geral eleitos recibo discriminando os bens do Diretório;
- Convocar Assembleia Geral Extraordinária sempre que ocorrerem motivos graves e urgentes dentro da área de sua competência.

CAPÍTULO V

Dos Associados

Art. 34° São sócios do Diretório Acadêmico todos os alunos matriculados e frequentes.

Art. 35° São direitos do Associado:

- a) Participar de todas as atividades do Diretório Acadêmico;
- b) Votar e ser votado, observadas as disposições deste Estatuto;
- c) Encaminhar observações, moções e sugestões à Diretoria do Diretório Acadêmico;
- d) Propor mudanças e alterações parciais ou totais neste Estatuto.

Art. 36º São deveres dos Associados:

- Conhecer e cumprir as normas deste Estatuto;
- Informar à Diretoria do Diretório Acadêmico sobre qualquer violação dos direitos dos estudantes cometida na área da Escola ou fora dela;
- Manter luta incessante pelo fortalecimento do Diretório Acadêmico.

CAPÍTULO VI

Do Regime Disciplinar

Art. 37º Constitui infração disciplinar:

- Usar o Diretório Acadêmico para fins diferentes dos seus objetivos, visando o privilégio pessoal ou de grupos;
- Deixar de cumprir as disposições deste Estatuto;
- Prestar informações referentes ao Diretório Acadêmico que coloquem em risco a integridade de seus membros;
- Praticar atos que venham a ridicularizar a entidade, seus sócios ou seus símbolos;
- Atentar contra a guarda e o emprego dos bens do Diretório Acadêmico.

Art. 38º São competentes para apurar as infrações dos itens "a" a "d" o CRT, e do item "e" o Conselho Fiscal.

Parágrafo Único. Em qualquer das hipóteses do artigo será facultado ao infrator o direito de defesa ao CRT, ao CF ou à Assembleia Geral.

Art. 39º Apuradas as infrações, serão discutidas na Assembleia Geral e aplicadas as penas de suspensão ou expulsão do quadro de sócios do Diretório Acadêmico, conforme a gravidade da falta.

Parágrafo Único. O infrator, caso seja membro da Diretoria, perderá seu mandato, devendo responder pelas perdas e danos perante as instâncias deliberativas do Diretório Acadêmico.

CAPÍTULO VII

Do Regime Eleitoral

Título I Dos Elegíveis Eleitores

Art. 40° São elegíveis para os cargos da Diretoria todos os brasileiros natos ou naturalizados matriculados e frequentes.

Parágrafo Único. Para o cargo de Presidente o aluno não pode estar cursando o último semestre final do curso.

Art. 41° São considerados eleitores todos os estudantes matriculados e frequentes.

Título II Da Comissão Eleitoral e Forma de Votação

Art. 42° A Comissão Eleitoral deve ser escolhida em Assembleia Geral pelo menos um mês antes do final da gestão. A Comissão deve ser composta por alunos de todos os turnos em funcionamento na Escola. Os alunos da Comissão não poderão concorrer às eleições. A Comissão definirá o calendário e as regras eleitorais que devem conter:

- Prazo de inscrição de chapas;
- Período de campanha;
- Data da eleição;
- Regimento interno das eleições.

Art. 43° As inscrições de chapas deverão ser feitas com os membros da Comissão Eleitoral, em horários e prazos previamente divulgados, não sendo aceitas inscrições fora do prazo ou horário.

Art. 44° Somente serão aceitas inscrições de chapas completas.

Título III da Propaganda Eleitoral

Art. 45° A propaganda das chapas será através de material conseguido ou confeccionado pela própria chapa.

Parágrafo Único. É vedada a ajuda de qualquer pessoa que trabalhe na Escola à chapa, na criação, confecção, ou fornecimento de material ou dinheiro para a propaganda eleitoral.

Art. 46° É expressamente proibida à campanha eleitoral fora do período estipulado pela Comissão Eleitoral bem como a boca de urna no dia das eleições.

Art. 47° A destruição ou adulteração da inscrição de qualquer chapa por membros de outra chapa, bem como a desobediência ao que está previsto nos artigos 40° e 41°, uma vez comprovadas pela Comissão Eleitoral, implicarão na anulação da inscrição da chapa infratora.

Parágrafo Único. Toda decisão de impugnação de chapas só poderá ser tomada por maioria absoluta da Comissão Eleitoral, após exame de provas e testemunhas.

Título IV da Votação

Art. 48º O voto será direto e secreto, sendo que a votação será realizada em local previamente escolhido pela Comissão Eleitoral e aprovado pela Direção geral do Estabelecimento, no horário normal de funcionamento de cada turno.

Art. 49º Cada chapa deverá designar um fiscal, identificado com crachá, para acompanhar todo o processo de votação e apuração dos votos.

Art. 50º Só votarão os estudantes presentes em sala na hora da votação.

Art. 51º A apuração dos votos deverá ocorrer logo após o término do processo de votação, em uma sala isolada em que permanecerão apenas os membros da Comissão Eleitoral e os fiscais de chapa. Nenhum outro estudante poderá entrar ou permanecer nesta sala durante o processo de apuração.

Parágrafo Único. Fica assegurado às entidades estudantis o direito de acompanhar todo o processo eleitoral.

Art. 52º Todo ato de anulação de votos ou urnas será efetivado a partir da decisão soberana do Presidente da Comissão Eleitoral, baseado na comprovação do ato que implicou na anulação.

Art. 53º Não será aceito nenhum pedido de recontagem de votos ou recursos de qualquer chapa após a divulgação dos resultados oficiais das eleições, salvo nos casos em que se comprove inobservância deste regulamento por parte da Comissão Eleitoral.

Art. 54º O mandato da Diretoria do Diretório Acadêmico será de 1 (dois) anos a partir da data da posse.

Art. 55º Cabe à Comissão Eleitoral dar posse à Diretoria eleita 1 (uma) semana após a data da eleição da mesma.

CAPÍTULO VIII

Disposições Gerais e Transitórias

Art. 56º O presente Estatuto poderá ser modificado mediante proposta de qualquer membro do Diretório Acadêmico, do CRT ou pelos membros em Assembleia Geral.

Parágrafo Único. As alterações serão discutidas pela Diretoria, pelo CRT e aprovadas em *Assembleia Geral através da maioria absoluta de votos*.

Art. 57º As representações dos sócios do Diretório Acadêmico só serão consideradas pela Diretoria ou pelo CRT quando formuladas por escrito e devidamente fundamentadas e assinadas.

Art. 58º A dissolução do Diretório Acadêmico só ocorrerá quando a Escola for extinta, ou quando a Assembleia Geral assim deliberar por maioria absoluta de votos, revertendo-se seus bens a entidades congêneres.

Art. 59º Nenhum sócio poderá se intitular representante do Diretório Acadêmico sem a devida autorização, por escrito, da Diretoria.

Art. 60º Revogadas as disposições em contrário, este Estatuto entrará em vigor na data de sua aprovação pela Assembleia Geral do corpo discente.

Art. 61º Este Estatuto entrará em vigor após a sua aprovação em Assembleia Geral, configurando a entidade como Diretório Acadêmico autônomo, representante dos estudantes do referido Estabelecimento educacional, com finalidades preestabelecidas neste Estatuto, não podendo ser proibido ou cancelado por nenhum indivíduo, grupo ou autoridade, conforme a Lei Federal 7398/85 e a Lei Estadual nº 11057/95.